



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 936

009281 QUETA

DATA
02/04 /2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 936, de 2020

AUTOR
DEPUTADO POMPEO DE MATTOS

Nº PRONTUÁRIO

TIPO

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Inclua-se o seguinte Art. 20 à Medida Provisória 936, de 2020.

“Art. 20 Ficam as empresas privadas, os entes públicos e o Instituto Nacional do Seguro Social, proibidos pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, de descontar dos salários, subsídios, vencimentos e benefícios de natureza previdenciária dos trabalhadores, servidores públicos e aposentados, os valores referentes aos empréstimos consignados.

Parágrafo único. As parcelas dos empréstimos consignados que deixarem de ser descontadas e pagas neste período, serão incluídas ao final do contrato, em igual número de meses, sendo que sobre as mesmas não incidirá correção monetária e juros.”

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa assegurar que os trabalhadores, aposentados e pensionistas tenham suspensão por um período de 120 dias, a cobrança dos valores referentes aos empréstimos consignados.

Cabe destacar que não se trata de perdão de dívida, mas de protelar o pagamento de quatro parcelas para o final dos contratos atuais.

Importa salientar que a emenda apresentada preserva o interesse das

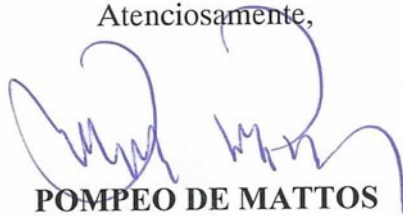


CD/20624.66993-61

instituições financeiras, pois não se está propondo que se deixe de pagar parte destes financiamentos, mas que estes pagamentos se deem ao final dos contratos, com o acréscimo das quatro parcelas que deixarão de ser descontadas dos salários e dos benefícios previdenciários neste período mais crítico da doença.

Brasília, de abril de 2020.

Atenciosamente,



POMPEO DE MATTOS

Deputado Federal

PDT/RS

